

BIOCOMBUSTÍVEIS X AGROCOMBUSTÍVEIS: a polêmica sobre a expansão do setor sucroalcooleiro nas áreas de Cerrado no Brasil Central

Marcelo Rodrigues Mendonça – UFG – Campus Catalão¹
mendonca@pesquisador.cnpq.br

1 - Introdução

Recentemente, a imprensa, a academia e diversos setores formadores de opinião colocaram na agenda política mundial o aquecimento global, indagando, fortemente, acerca do futuro da humanidade diante da escalada de destruição sócio-ambiental. Muitos demonstram teses alarmistas e catastróficas, outros salientam a necessidade do planejamento integrado e da imediata diminuição da emissão de gases tóxicos na atmosfera, entre tantas outras possibilidades.

Entretanto, são poucos os que abordam a centralidade do problema, qual seja, a intensa crise do capitalismo enquanto paradigma civilizatório, sendo a questão ambiental a forma mais evidente dos desequilíbrios do processo produtivo na contemporaneidade. Mas, diante da crise capitalista o próprio movimento do capital aponta as alternativas que podem assegurar a sua longevidade, destacando-se a gradativa substituição dos combustíveis fósseis e a ampliação de fontes energéticas renováveis capazes de assegurar o *bem estar* às condições de produção e reprodução.

Não há dúvida que os problemas sócio-ambientais se agravam, porém, poucos são os pesquisadores que se propõem a realizar uma reflexão sobre as causas e as possíveis ações mitigadoras. A maioria adotou o discurso midiático, patrocinado pelos complexos agroindustriais e pelas *oligarquias financeiras globalizadas* que justificam a elaboração e a execução de políticas públicas consertacionistas para *salvar a humanidade*.

Apresentam como num passe de mágica a solução: a agroenergia, os agrocombustíveis entre tantas outras ações paliativas. A agroenergia expressa um movimento interessante na busca de energias renováveis, consideradas mais limpas e autônomas, pois diminui a dependência em relação as áreas extratoras de combustíveis fósseis, implicando num redesenho da geopolítica mundial. São muitos os fatores que podem ser analisados, porém neste artigo, pretende-se discutir a relação entre a ampliação das políticas que intensificam o cultivo de plantas que servem à produção dos agrocombustíveis, com destaque para a cana-de-açúcar no Planalto Central Brasileiro e seus desdobramentos na produção de alimentos e no agravamento das questões ambientais.

Para tanto, o recorte espacial são as áreas de Cerrado, precisamente o território goiano que vivencia uma acelerada territorialização dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e do álcool. Aqui, são apresentadas algumas indagações sobre os impactos sócio-ambientais dessas atividades compreendidas no espectro do *agrohidronegócio*. Entretanto, a observação é que por detrás dos discursos midiáticos fortalecem-se ações devastadoras, sem, no entanto, colocar em pauta as reivindicações para a satisfação das necessidades básicas para milhões de brasileiros, agraciados,

¹ Prof. Doutor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa GETeM – Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, CAC/UFG. Membro do Grupo de Pesquisa CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, UNESP/Presidente Prudente.

com a *indigência assistida*² patrocinada pelo Estado e aplaudida pela *filantropia social* que clama por justiça, desde que não ocorram mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Exemplificando, nos valem do velho adágio popular: quem tem fome não pode esperar. Mais uma vez, assiste-se a espetacularização da fome e da miséria para justificar os pactos sociais, os recursos públicos para ampliar os cultivos, como se a fome fosse uma questão de disponibilidade de alimentos. Sequer debatem a necessidade da reforma agrária, e/ou mesmo, de pensar as condições de sua viabilização a partir das experiências construídas pelos sujeitos sociais que lutam pela terra, pela água, pelos *territórios da vida* neste país.

Mais uma vez o debate é enviesado entre aqueles que se colocam favoráveis ou não ao *agrohidronegócio*, no caso a expansão das monoculturas para a produção de energia (cana-de-açúcar, soja, palma etc) combinadas com o represamento dos principais rios para garantir o abastecimento de água aos grandes complexos agroindustriais e as cadeias produtivas que alimentam a expansão do capital.

Evidentemente neste artigo não será possível refletir sobre todas as questões pontuadas, mas apenas apontar que todas essas indagações são de natureza políticas e é no campo da política que necessitam ser discutidas.

2 – A crise do capital travestida da questão ambiental

A modernização capitalista se caracteriza como a *vivificante arte do fazer-se plenamente*, entretanto é “[...] autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso, incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação”. Alves (1999, p. 19). A efemeridade e a mudança caótica a que assistimos expressam o movimento do capital na sua *inércia dinâmica* (SANTOS, 1994 e 2002), produzindo a *hibridagem* dos espaços, propiciando a exigência da fluidez, sustentada na densidade técnica dos territórios enquanto suportes da competitividade, portanto, da lógica do processo de (re)produção e autoexpansão do capital. A modernização capitalista é o resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes.

Para Bihr (1998) o conjunto do mundo capitalista atravessa uma crise estrutural global, mas as pesquisas centram suas investigações somente nos problemas que ela impõe ao capital. “E, sem dúvida, essa crise é, em primeiro lugar, uma crise da reprodução dessa relação social que é o capital.” (1998, p. 67). Contudo, sendo o capital uma relação social, a sua crise, por natureza contraditória, só podendo ser apreendida a partir do seu par dialético, o trabalho. Assim, a crise do capital na contemporaneidade é também a crise do trabalho, portanto, dos movimentos sindicais e sociais. Daí concorda-se com a *inversão de perspectiva* proposta por Bihr (1998), de que a discussão deve ser realizada a partir dos desafios que as mudanças no capital provocaram sobre os trabalhadores, desde a crise do *pacto social democrata* e a fragmentação do trabalho, acarretando a heterogeneização, complexificação e polissemização com requintes de precarização das relações de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital que vem sendo implementada em âmbito mundial e, mais precisamente, nas áreas de Cerrado, mediante a territorialização acelerada do *agrohidronegócio* (empresas rurais, agroindústrias etc.) propiciou mudanças nas relações sociais de produção, com profundas alterações no trabalho e, especificamente, na ação política dos

² Ver Mendonça (2004).

trabalhadores. A *nova* organização da produção (flexibilização, desregulamentação etc.) e as conseqüentes mudanças nas relações de trabalho (superexploração, sujeição, precarização etc.) ainda não foram totalmente assimiladas pelas organizações sociais e sindicais (sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, cooperativas, associações etc.), que não conseguiram dar as respostas adequadas às novas investidas do capital, seja no campo, seja na cidade.

Segundo Fernandes e Welch (2004), agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo e em suas diferentes fases, esse modelo passou por adaptações e modificações tecnológicas, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e do homem.

A meu ver, o novo são as mudanças na relação capital x trabalho, fortalecidas pela reestruturação produtiva do capital, e as transformações no trabalho, que ocasionaram dinâmicas espaciais distintas daquelas do *plantation*. A complexificação, a intensificação e a precarização do trabalho espacializam a perversidade dos (re)arranjos do capital, que, em parceria com o Estado, protagonizam uma das mais ferozes ações contra o Cerrado e os *Povos Cerradeiros*³.

Isso porque compreendemos que, embora, existam peculiaridades geohistóricas, a centralidade é (re)pensar as formas de uso e exploração da terra, precisamente aquelas apropriadas pelo agronegócio que se territorializa e, paralelamente, desenvolve ações conjuntas com os complexos mínero-químicos (fertilizantes), montador-metalúrgico (implementos agrícolas) e barrageiro (produção de energia e reserva d'água para os irrigantes), consubstanciando no *agrohídronegócio*, como forma de assegurar as condições de produção/acumulação do capital. Esse processo conforma novas paisagens, cada vez mais excludentes e com uma diversidade de situações que necessitam ser pesquisadas, pois os territórios cerradeiros têm sido violentados em nome do progresso técnico e científico, implicando numa nova reestruturação espacial.

Mesquita (2004) chama atenção para a natureza excludente e predatória do modelo energético brasileiro quando se expande para as áreas de Cerrado, territorializando uma segunda onda de expropriação dos cerradeiros que teimam em *(Re)Existir* na terra ou construindo ações políticas para retornarem a terra.

O Cerrado é um ambiente extremamente explorado especialmente pela agricultura modernizada, que em menos de trinta anos, modificou drasticamente a paisagem, com destaque para os extensos chapadões que se tornaram imensos "mares" de soja. Os camponeses e pecuaristas tradicionais que não sucumbiram à *modernização* foram "empurrados" para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda resistem agricultores/pecuaristas. A construção de barragens nos rios do Cerrado desaloja esses camponeses que deixam de ser produtores e se tornam tão somente consumidores, potencializando os já graves problemas urbanos, além de afogar as últimas áreas de refúgio de fauna e flora típicas do bioma Cerrado. (MESQUITA, 2004).

³ Refere-se às classes sociais trabalhadoras/produtoras que historicamente viveram/vivem nas áreas de Cerrado e constituíram/constituem formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas sócio-culturais e ambientais adequadas a utilização do Bioma Cerrado. Mais informações ver Mendonça (2004).

Bihl (1998), ao destacar a complexificação do trabalho a partir da crise do padrão de regulação do capital que possibilitou a emergência de formas mais flexíveis de gestão e produção, diz: “[...] toda saída capitalista para a crise supõe ir além da fábrica fordista por meio da instauração de novas formas de exploração e de dominação do trabalho”. (1998, p. 87). A precarização do trabalho, a incorporação de novos territórios ao processo produtivo mundial, os deslocamentos espaciais de milhares de migrantes, desterritorializados e reterritorializados pelo capital nos mais diferentes espaços, a violência cometida contra os pobres etc., não são suficientes para alimentar as cadeias produtivas e, principalmente, as oligarquias financeiras desejosas por ampliar seus mega-investimentos.

O capital tende a ordenar o espaço a partir de uma centralidade difusa, substituindo a antiga concentração piramidal pelo poder resultante da gestão fluída e flexível das *redes*. Assim, qualquer análise acerca da territorialização dos agrocombustíveis nas áreas de Cerrado necessita ser pensada a partir da lógica de expansão do capital industrial e financeiro, materializado nos complexos agroindustriais, conformando substanciais alterações na forma de uso e exploração nas terras.

3 - Soja, eucaliptais e cana-de-açúcar...

Guilherme Cassel em artigo no Jornal Folha de São Paulo (julho de 2007), diz que a agricultura familiar/camponesa é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras. Esses dados oficiais demonstram a importância desse setor da economia brasileira, quase sempre, relegado ao esquecimento por parte das políticas públicas no país.

Para os produtos oriundos das lavouras permanentes, as marcas em favor das pequenas unidades de produção são expressivas: 76,0% do algodão arbóreo; 85,4% da banana; 70,4 do café em coco. Tudo isso reflete na superioridade das pequenas unidades de produção (56,8%) no valor da produção (animal e vegetal), e também nas *commodities* (laranja, café e cacau), enquanto as médias detêm 29,6% e as grandes 13,6%. Em relação ao pessoal empregado, essas grandezas se repetem, pois de um total de 18.000.000 de trabalhadores, as pequenas unidades representam 87,3% e as grandes apenas 2,5%. É importante enfatizar que mesmo diante da superioridade das pequenas unidades, os latifúndios “escondem” a terra improdutiva, sabendo-se que, historicamente, o papel da grande propriedade no Brasil é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção, daí sua participação destacada no agronegócio. (OLIVEIRA, 2004).

Esses dados reforçam o contraponto às teses que apresentam a homogeneização espacial a partir da modernização conservadora da agricultura, centrada nas grandes empresas rurais e empreendimentos barrageiros (*agrohidronegócio*) que promovem intensa devastação ambiental e não cumprem a legislação trabalhista. A alternativa, a nosso ver, está na leitura do território a partir da Geografia, enquanto suma ciência que objetiva compreender o processo de apropriação e produção do espaço, portanto, visa, destacadamente, compreender a produção dos territórios. Todavia, essas leituras não devem ser homogeneizantes. Ao contrário, devem contemplar as especificidades e, mais ainda, perceber que os territórios estão em permanente disputa. Mais ainda, é necessário partir da compreensão de que os territórios são urdidos, tecidos, desenhados e redesenhados, a partir das ações políticas forjadas no cotidiano, mas, também partir do entendimento de que esses territórios são tramados nas relações entre as *personas* do capital e os trabalhadores.

Não são apenas territórios luminosos e/ou opacos, são territórios que denotam relações de poder, conforme a correlação de forças existentes.

Caso não percebamos as diferenças que teimam em persistir diante da tão propalada homogeneização espacial, não conseguiremos enxergar as tramas urdidas no processo de produção dos territórios. Não é possível estabelecer, conforme o desejo do mercado, o discurso de que todos podem ser bons empreendedores. Ledo engano. A tentativa de uniformizar e padronizar as diferenças evidencia a habilidade dos protagonistas (empresas transnacionais, Estado) que não querem reconhecer a existência milenar de diferentes formas de uso e exploração da terra, estas coadunadas com as necessidades do Homem e do Meio.

Antón Novás (2005) diz que o desenvolvimento técnico e científico ao produzir sementes estéreis, através das Tecnologias de Restrição de Utilização Genética (Terminator), beneficia largamente os grandes conglomerados agroindustriais e financeiros, que controlam a maioria absoluta das patentes agrobiotecnológicas. “Terminator, cuyo nombre oficial es Sistema de Protección de Tecnologías (em inglês, TPS), incorpora una característica que mata los embriones de las plantas em desarrollo de tal modo que no se pueden guardar y volver a sembrar em anos posteriores.” Novás (2005, p. 46).

Ribeiro (2003) diz que 06 grandes empresas monopolizavam, em 2000, 74% de todas as patentes agrobiotecnológicas no mundo. E mais interessante que, além de possuírem diversos acordos entre si (pesquisa, transferência de tecnologia, controle do mercado) esses conglomerados empresariais atuam em diversos setores: agroquímicos; farmacêuticos; sementes; etc e quase sempre são as mesmas, evidenciando o controle sócio-ambiental que exercitam sobre o Planeta. Afirma que “A grande indústria de sementes e de agrotóxicos, de agronegócios e farmacêuticas [...], baseia-se no roubo e na privatização dos recursos genéticos e do conhecimento coletivo dos camponeses e dos indígenas adquiridos através dos séculos”. Ribeiro (2003, p. 71).

Dessa forma, as mudanças técnicas e científicas, dentre elas, as pesquisas que buscam fortalecer a agroenergia não possuem o objetivo de garantir a satisfação das necessidades sociais, mas estão a serviço dos grandes conglomerados agroindustriais e financeiros, ansiosos pelas fatias do mercado, que tidas como tecnologias limpas, angariam a simpatia dos *consumidores verdes*.

O crescimento dos cultivos para os agrocombustíveis afeta a produção de alimentos, pois áreas que atualmente produzem alimentos estão sendo convertidas para o cultivo da cana-de-açúcar. Mas, há que considerar que, a exceção dos camponeses que produzem, prioritariamente, para o próprio consumo, a produção dos alimentos é destinada ao mercado e só tem acesso aqueles que possuem condições de adquiri-los. Há ainda que lembrar a natureza especulatória e oportunista dos empresários que se aproveitam da situação para elevar os preços, garantindo maiores lucros.

Mesmo assim, o alerta de Primavesi (2007) deve ser colocado na agenda política do Estado, dos movimentos sociais e de toda a sociedade, enfim, de todos que se preocupam com a natureza.

Na agroecologia, nós trabalhamos com o solo vivo e é o solo que tem que produzir, não a química. [...] a agricultura orgânica que é feita com o solo morto já está destinada a fracassar. Às vezes pensa-se que o orgânico ou o ecológico seria trocar o adubo químico por composto. Esta visão está muito errada. O composto é necessário na Europa e no Canadá, porque lá a decomposição da palha do trigo, por exemplo, leva de 3 a 6 anos. Aqui no Brasil leva de 6 a 8 semanas. Então, não precisaria de composto. Isto é uma

idéia que imitamos a partir do que os outros fazem e eles fazem porque têm outro tipo de clima, outro tipo de solo, logo é tudo diferente. O grande problema é que se eu trabalho com o solo morto, os agroquímicos são os únicos que podem produzir, porque se os solos estão mortos é preciso colocar adubo. Outro dia, por exemplo, me diziam: “eu produzo a metade do que se produz com adubo químico porque eu coloco 40 toneladas de composto, que representa a metade do NPK que meu vizinho coloca”. Respondi que produzir organicamente não é botar NPK em forma orgânica, produzir orgânico é um sistema completamente diferente, senão teremos apenas alguns agrotóxicos um pouco menos tóxicos e nada mais. Este sistema é diferente e começa com o solo vivo e no solo vivo tanto faz o quanto se coloca de NPK em forma de orgânico. Porque o composto e a matéria orgânica é alimento para a vida do solo e é a vida do solo que vai mobilizar os nutrientes. Então, se o solo está morto, a planta será deficiente e a planta deficiente é doente. (PRIMAVESI, 2007, p. 08).

Essa reflexão é fundamental para a Geografia, pois o que está em jogo é a defesa dos territórios (camponês, indígena, quilombola, ribeirinho, seringueiro, cerradeiro). A defesa das condições de vida e de relações adequados com a natureza é possível a partir da garantia da permanência e do acesso a terra através de uma reforma agrária que assegure dignidade aos trabalhadores/camponeses e que consiga incorporar os saberes da vida. Assim, deve levar em conta as especificidades do solo, do clima, dos recursos hídricos e, principalmente os *saberes-fazeres*, as experiências e vivências dos sujeitos – protagonistas – da mais importante ação política deste país, qual seja, a luta pela terra e pela reforma agrária. Ao meu ver, a agroenergia não aponta para a resolução desses problemas, ao contrário, visa reforçá-los na medida em que dissocia a vida na terra dos sujeitos sociais, ou seja, embora possa ser ambientalmente adequada, e em muitos casos é, não coloca na agenda política mudanças estruturais, pois o que está em jogo não é apenas a sobrevivência do capital, mas das condições de vida para a maioria da população mundial.

4 - Agroenergia x produção de alimentos

Compreendemos como agrocombustíveis um segmento das agroenergias que incluem ainda o carvão vegetal, o biogás, a lenha e a co-geração da energia elétrica e calor a partir das biomassas. As agroenergias como um todo constituem apenas um segmento do conjunto das produções derivadas da exploração ecologicamente sustentável e sustentada do complexo da biodiversidade, que abrange florestas nativas e reservas naturais, florestas plantadas, áreas destinadas aos cultivos perenes, as destinadas aos cultivos sazonais e, por fim, as pastagens. (SACHS, 2007).

Em estudo recente (Projeto Etanol) pesquisadores do NIPE (Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético) da Unicamp, selecionaram doze áreas com potencial para produção de cana-de-açúcar. Definiu-se uma destilaria “padrão” e a formação de *clusters*, o que viabiliza a infraestrutura necessária para o escoamento de grandes quantidades de etanol. O estudo incluiu os impactos sociais e econômicos, considerando-se a geração de energia elétrica disponível através da co-geração. (SCANDIFFIO; M. I. G; FURTADO, 2007).

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN, 2007), o Brasil possui enormes vantagens estruturais: 58 milhões de ha de terra cultivadas com potencial para incorporação de terras férteis para uso agrícola de mais 101 milhões de ha que podem ser incorporados. Ainda, 5,6 milhões com cana-de-açúcar, com potencial agrícola para essa cultura que pode chegar a 80,8 milhões de ha. E, conforme estimativa da (SEPLAN, 2007), seria necessário incorporar mais 21,5 milhões de ha para atender a demanda mundial até 2025 (104 bilhões de litros/ano). Esses dados nos preocupam, pois não considera os impactos sociais e ambientais, tampouco, a substituição e a redução das áreas para a produção de alimentos.

O assunto toma forma e conteúdo quando verificamos as opções políticas que possuem desdobramentos ambientais de grande significado. Estima-se que temos cerca de 800 milhões de automóveis em circulação que poderão ser ambientalmente *menos sujos*, a partir da adoção dos agrocombustíveis. Isso é verdadeiro, porém, há que optarmos entre manter esse nível de abundância/desperdício para uma minoria, enquanto temos 2 bilhões de seres humanos em condição de miséria absoluta. Essa é uma questão eminentemente política, pois é sabido que a fome não se dá pela insuficiência na produção de alimentos, mas do acesso que pode ter múltiplas razões. Alguns crêem que trata-se de melhorar o poder aquisitivo das populações pobres mediante diversas ações solidárias e que muitas vezes são importantes e eficientes. Mas, há que lembrar que a essência dessa reflexão sequer é mencionada: porque bilhões de homens e mulheres não tem acesso aos alimentos, mesmo que tenhamos abundância/desperdício nas sociedades ricas, territorializadas, principalmente nas economias ditas desenvolvidas?

Mais uma vez insistimos que o problema não é a produção de alimentos, mas para quem estão sendo produzidos e a quem servem? Essa pergunta básica deve ser a agenda política para estabelecermos ações, de fato alternativas e assim, discutirmos a viabilidade da adoção da agroenergia entre tantos outros avanços da ciência que na verdade não são apropriados para assegurarem o *bem estar social e ambiental*.

Sachs (2007, p. 01) propõe que,

Devemos inventar uma **biocivilização** moderna, baseada na exploração do trinômio **biodiversidade-biomassas-biotecnologias**. Estas últimas aplicadas nas duas pontas dos processos produtivos – para aumentar a produtividade de biomassa e abrir, cada vez mais, o leque dos bioprodutos dela derivados: alimentos para consumo humano, rações para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção, insumos para indústrias de celulose e papel e outros derivados de madeira, matérias primas para a química verde, fármacos e cosméticos.

Certamente, é necessário repensar que a civilização contemporânea se baseia na utilização acelerada dos combustíveis fósseis e isso é um dos principais agravantes para assegurar a (in)sustentabilidade ambiental no Planeta. Entretanto, não se pode dissociar essa proposta da necessária discussão sobre as formas de produção e o acesso aos bens produzidos socialmente. O receio é que se fizermos uma reflexão qualificada, daqui a algumas décadas tenhamos veículos movidos a hidrogênio possíveis de serem adquiridos, mas concentrados nas áreas limpas (ricas) em função da manutenção das relações de poder entre as economias mundiais.

Torna-se fundamental se debruçar sobre a geopolítica da água e/ou dos novos recursos, tais como a sócio-biodiversidade, as práticas sócio-culturais que movem e expressam outras racionalidades, portanto, cosmovisões que paulatinamente estão sendo apropriadas e incorporadas ao *modus vivendi* do capital.

Tem razão o autor quando menciona a natureza destrutiva do capital, pois não devemos confiar ao mercado as funções reguladoras com o intuito de assegurar a sustentabilidade sócio-ambiental necessária para garantir o bem estar social e ambiental para a humanidade.

Em que pese o debate sobre o advento próximo do pico da produção petroléira, a saída da era do petróleo vai levar décadas, ou mais, e não se fará pelo esgotamento físico deste recurso e, sim, por um ato voluntarista, motivado pela ameaça de mudanças climáticas irreversíveis e deletérias. Vale dizer que não podemos nos confiar às forças do mercado, por sua natureza míope e insensível às dimensões ambiental e social. Uma ação reguladora dos Estados nacionais e a sua concertação no fórum das Nações Unidas serão imprescindíveis. (SACHS, 2007, p. 02)

Entretanto, acreditar que vai se estabelecer uma *governança mundial* e que os organismos de representação cuidarão para que as catástrofes sócio-ambientais sejam impedidas é uma tolice. Haja vista, que recentemente a orquestração realizada pelos grandes complexos armamentistas e petroquímicos para justificar a invasão do Iraque, patrocinado pelos EUA e aliados sob o pretexto de combater o terrorismo, não aceitou os argumentos científicos propostos.

A questão da agroenergia necessita ser equacionada com um amplo debate sobre a necessidade de novas políticas públicas de desenvolvimento territorial, considerando o planejamento integrado (temas e escalas) como fundante para explicitar ações inovadoras que possam assegurar trabalho, renda e inclusão social.

Há que ter cuidado com os discursos afoitos e as decisões apressadas que prontadas para dar respostas à crise do capital, não podem e jamais poderiam significar mudanças no processo de produção social, pois na essência o controle do capital se efetiva, de forma mais sutil, mas também de forma mais eficaz, pois travestida de ações humanizadoras agrega pesquisadores, setores progressistas, ONGs que com a *espetacularização* dos fatos, aplaudem sem saber ao certo os sentidos e os significados dessas investidas.

Por fim, não resta nenhuma dúvida sobre a *reinvenção* de uma nomenclatura, quase sempre, para garantir as velhas formas de sustentação das relações de poder, centradas nas mãos de poucas grandes empresas transnacionalizadas, configurando as disputas pelos territórios sob o argumento de “acabar com a fome”. A fome é uma questão política e não se deve crer que o capital esteja preocupado em incentivar a agroenergia para diminuir os impactos ambientais e sociais, mas muito mais para ampliar as condições de geração de lucros, aumentando na produção de mercadorias e não de alimentos, uma vez que para ter acesso aos alimentos há que ter *dinheiro*.

Há pouco tempo, os agrocombustíveis eram festejados como uma das alternativas para salvar o planeta do acúmulo de gás carbônico e da dependência excessiva do petróleo. Eles eram o sinônimo de uma nova era, a era da energia limpa e ambientalmente saudável. Agora, o vento virou radicalmente. Os agrocombustíveis, quase de uma hora para outra, estão sendo transformados no vilão do planeta – responsáveis pela atual crise de alimentos, pela disparada nos preços.

Não é possível fazer a defesa da agroenergia como uma das soluções para a questão ambiental, embora é sabido que pesquisas sobre fontes alternativas são fundamentais, desde que os seus resultados sejam disponibilizados para os interesses da maioria e não para serem mercantilizados para aqueles que podem pagar mais. Por outro lado, não se pode negar que os agrocombustíveis estão ocupando solos que produzem grãos, impactando a oferta de alimentos no mercado mundial, provocando a elevação dos preços. A questão central é perceber que a agroenergia, os agrocombustíveis e similares fazem parte de uma necessidade de expansão das condições de produção/reprodução do capital mediante a necessidade histórica de manter os padrões de acumulação.

Em Goiás, em publicação recente realizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Regional, a pesquisadora Selma Simões de Castro et. al (2007), destaca que das 103 usinas listadas (18 em operação, 29 em implantação, 41 com projeto aprovado e 15 com projeto em análise), 77 concentram-se no Sul Goiano, área de maior concentração de infra-estrutura e populacional. Destaca a questão ambiental (solo, água) deve ser uma preocupação fundamental, pois:

[...] que mais da metade do território goiano (cerca de 60%) contém solos com elevada a moderada aptidão agrícola para a cultura da cana e relacionada principalmente a latossolos, argissolos e cambissolos, onde 17 mil km² respondem pelo alto potencial e 85 mil km² pelo moderado. Em ambos a prática irrigada poderá significar uma maior pressão sobre a oferta hídrica, relacionada principalmente à necessidade de irrigação, em consequência da forte sazonalidade e possível baixa disponibilidade de água nos solos [...] (CASTRO et al., 2007, p. 17).

Ainda acrescenta o que mencionamos anteriormente, sobre a substituição e ou a redução das áreas dedicadas ao uso agropecuário, destacando-se o uso agrícola: “Considerando-se o uso dos solos, aproximadamente 60% das usinas estarão instaladas em áreas de uso agrícola associado a culturas anuais em 2003, o que revela tendência de substituição de áreas já tradicionalmente agrícolas praticadas sobre solos com melhor potencial do estado.” Castro et al (2007, p. 17).

A questão deve ser reposicionada: **agroenergia x produção de alimentos: para quem?** A resposta é para o capital, daí a importância do debate e do esclarecimento para que a classe trabalhadora possa se apropriar da discussão/reflexão e trilhar a defesa de que a produção social de alimentos tenha o sentido pleno da prioritária satisfação das necessidades humanas.

6 - Considerações finais

A era da agroenergia abre espaço para novas cultivares na agricultura, não alimentar, que passa a ser responsável pela produção de matérias-primas energéticas renováveis, com o intuito de substituir, gradativamente, o uso dos combustíveis fósseis e ganha destaque como economicamente viável e ambientalmente correta, mas provoca a elevação dos preços dos alimentos.

É a espetacularização de alternativas, aparentemente novas, para manter as velhas formas de produção do capital. Isso implica em criar e fortalecer ações que questionam a natureza da produção

social na contemporaneidade, buscando, efetivamente, repensar os territórios a partir do conflito, da disputa, da contradição.

Isso só é possível a partir da ação dos movimentos sociais. Mas, persistem as travagens impostas pelo estranhamento, impedindo que os trabalhadores concebam o *espaço da produção* enquanto um *espaço social* cheio de possibilidades libertadoras. A força dos movimentos sociais reside no processo permanente de espoliação e superexploração vivida pelos trabalhadores, que atira todos os dias, milhares de famílias na *indigência assistida*. As mudanças no processo produtivo empurram os trabalhadores para as formas precarizadas de trabalho, destacando-se a informalidade, o subemprego, as múltiplas formas terceirizadas e subcontratadas de trabalho e, ainda, a *responsabilização social* desses sujeitos sociais pelas crescentes condições de miserabilidade.

Por fim, preocupam as condições de trabalho em que a maioria dos trabalhadores são submetidos. Os casos de trabalho escravo estão tomando as páginas dos jornais e, lembramos que parcela significativa, acaba não sendo conhecida do público. É necessário a disciplinarização do setor sucroalcooleiro, como também de outras formas de uso do solo que mantém formas de uso e exploração da terra com impactos sociais e ambientais significativos. O problema não é o cultivo em si, mas as ações objetivas e subjetivas que são construídas para assegurar as condições de geração de lucros sem qualquer preocupação social e ambiental. Essa tarefa é de todos aqueles que se preocupam com uma sociedade mais humana, para que os erros históricos na forma de apropriação do espaço não se repitam. Denúncias de maus tratos aos trabalhadores que, infelizmente, ocorrem diariamente não podem fazer parte do processo de (des)envolvimento. Chega de descaso social e ambiental em nome do progresso.

Compreender que essas ações são possíveis no marco regulatório do Estado capitalista é um desafio, por conta dos compromissos e interesses entre as classes hegemônicas. Entretanto, o que podemos fazer, minimamente, é exigir o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Ainda deve-se reivindicar o zoneamento econômico-ecológico, a agregação de valor aos produtos conforme o interesse das populações tradicionais, o aproveitamento adequado dos potenciais produtivos do território, políticas públicas eficazes para a agricultura familiar/camponesa etc., e, isso, exige disposição política, compreensão da realidade sócio-econômica e participação efetiva da sociedade. As tarefas não são fáceis, por isso é preciso (*re*)agir rumo a compreensão de que todas essas ações são mitigadoras, pois enquanto perdurar as formas de produção capitalistas a ameaça à sobrevivência de bilhões de homens e mulheres será uma constante.

7 - Referências

- ARCILA, R. A. R. (Comp.). **Saberes de vida**: por el bienestar de las nuevas generaciones. Siglo del hombre editores, UNESCO/Bogotá, 2004.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CARVALHO, H. M. de. **Sementes** – patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CASTRO, S. S. de. et al. Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais. In: **Impactos econômicos, sociais e**

ambientais no cultivo da cana-de-açúcar no território goiano. Caderno Temático, II Fórum de C&T no Cerrado, outubro de 2007.

GEERTZ, C. et al. (Org.). Do ponto de vista do nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local** - novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 459p. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura.** Um caso em Catalão-Goiás. [Mestrado]. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1993.

MESQUITA, H. A. - As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004, on line (www.proec.ufg.br)

MOONEY, Pat Roy. **O século 21:** erosão, transformação tecnológica e concentração do poder empresarial. São Paulo, Expressão Popular, 2002.

MONTAGUT, X.; DOGLIOTTI, F. **Alimentos globalizados** – soberania alimentaria y comercio justo. 1ª ed., Barcelona: Icaria Editoria S.A, 2006.

NOVÁS, A. **El hambre en el mundo y los alimentos transgênicos.** Madrid: Los libros de la Catarata, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. **Barbárie e modernidade:** o agronegócio e as transformações no campo. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia:** práticas e saberes. Conferência de Abertura do I Simpósio Sobre Agroecologia do Sudeste Goiano, realizado em abril/2007 na UFG/Campus Catalão.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: **Sementes** – patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SACHS, Ignacy. **A expansão da agro-energia e seus Impactos sobre os ecossistemas brasileiros.** Rio de Janeiro, 26-27 de março de 2007. http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/4_integracao_Agric_Fam_I_Sachs.pdf. Acesso em 15 de junho de 2008.

SCANDIFFIO; M. I.G; FURTADO, A. T. **Etanol:** riqueza nacional adormecida. **ComCiencia** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=261>. Acesso em 07 de junho de 2008.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WWF (World Wide Fund for Nature) BRASIL. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do cerrado:** origens históricas e o papel do comércio internacional. v. VII, Brasília: Série Técnica, nov. 2000.